

Conhecimento não é Informação: O Repertório Epistêmico na Perspectiva Behaviorista Radical

Knowledge is not Information: The Epistemic Repertoire from a Radical Behaviorist Perspective

Eileen Pfeiffer-Flores¹

(orcid.org/0000-0002-7440-8872)

[1] Universidade de Brasília (UnB) **Título abreviado:** Conhecimento e Behaviorismo Radical | **Endereço para correspondência:** Departamento de Processos Psicológicos Básicos, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Campus Universitário Darcy Ribeiro, ICC Sul, Asa Norte, Brasília-DF, CEP: 70910-900 | **Email:** eileen@unb.br | **doi:** 10.18761/AB70PF01

Resumo: Este artigo discute o conceito de conhecimento a partir da perspectiva behaviorista radical apresentada por B. F. Skinner no capítulo *Knowing* (O Conhecer) do livro *About Behaviorism*. Inicialmente, contrasto a concepção behaviorista radical de conhecimento com a concepção representacionalista-informacional, destacando dificuldades lógico-conceituais desta última. Em seguida, exploro a relação entre conhecimento e contingências complexas, propondo três características fundamentais de padrões de comportamento operante tipicamente reconhecidos como conhecimento: consistência do êxito no tempo, covariação com mudanças ambientais e atendimento a critérios em atividades compartilhadas. Argumento que essa perspectiva evita a lenda intelectualista, presente nas concepções representacionalistas. Por fim, aplico essa concepção behaviorista radical do conhecimento a dois contextos contemporâneos: a propagação da desinformação nas redes sociais e o reconhecimento do repertório epistêmico de povos originários e comunidades tradicionais. Em ambos os casos, argumento que a concepção de conhecimento como repertório comportamental selecionado por contingências complexas (e não como informação ou representação) permite uma compreensão mais acurada dos fenômenos em questão e sustenta o reconhecimento mais justo de sistemas epistêmicos diversos.

Palavras-chave: conhecimento, behaviorismo radical, representacionalismo, desinformação, epistemologia, povos originários.

Abstract: This article discusses the concept of knowledge from the radical behaviorist perspective presented by B. F. Skinner in the *Knowing* chapter of *About Behaviorism*. First, I contrast the radical behaviorist conception of knowledge with the representational-informational view, highlighting the latter's logical and conceptual difficulties. Then, I explore the relationship between knowledge and complex contingencies, proposing three fundamental characteristics of operant behavior patterns typically recognized as knowledge: temporal consistency of success, covariation with environmental changes, and adherence to shared activity criteria. I argue that this perspective avoids the intellectualist legend implicit in representationalist theories. Finally, I apply this radical behaviorist conception of knowledge to two contemporary contexts: the spread of misinformation on social media and the epistemic recognition of Indigenous and traditional knowledge systems. In both cases, I demonstrate that understanding knowledge as a behavioral repertoire selected by complex contingencies (rather than as mere information) provides a more accurate interpretation of these phenomena and supports fairer acknowledgement of diverse epistemic systems.

Keywords: knowledge, radical behaviorism, representationalism, misinformation, epistemology, Indigenous knowledge.

Este artigo tem por objetivo discutir o conceito de conhecimento a partir da concepção do conhecer apresentada por B. F. Skinner (1974)¹ no capítulo 9 de *About Behaviorism*, intitulado *Knowing* (O Conhecer). Primeiramente, explico a concepção behaviorista radical de conhecimento e a contrasto com a concepção representacionista-informacional. Discuto algumas dificuldades lógico-conceituais desta última. Em segundo lugar, explico a relação do conceito de conhecimento com contingências complexas e proponho três características de padrões de comportamento operante aos quais é tipicamente dado o nome de conhecimento: consistência no êxito, covariação com mudanças ambientais e atendimento a critérios em atividades compartilhadas. Explico como essa concepção do conhecer evita as armadilhas da lenda intelectualista, implícita nas teorias representacionistas. Por fim, aplico a concepção behaviorista radical do conhecimento a dois contextos contemporâneos. Primeiro, analiso a propagação da desinformação nas redes sociais, mostrando como a concepção behaviorista radical do conhecimento pode ajudar a esclarecer fenômenos que são problemáticos para o modelo representacionista. Em seguida, proponho que entender o conhecimento como repertórios comportamentais selecionados por contingências complexas (e não como mera informação) pode contribuir para o reconhecimento e diálogo epistêmico mais justo com sistemas de conhecimento de povos indígenas e comunidades tradicionais.

Nota Sobre Terminologia

O termo *concepção representacionista* é usado para se referir, de forma ampla, a sistemas teóricos que conceituam o conhecimento como um conjunto de representações ou informações que seriam armazenadas e manipuladas na mente (ou no cérebro) e materializadas em produtos linguísticos e culturais externos. Essa formulação agrupa

1 Para maior fluidez, sempre que me referir a Skinner sem mencionar o ano, deve-se entender que se trata do capítulo em foco. Usei o original (Skinner, 1974) como base e a tradução brasileira de M. P. Villalobos (Skinner, 1974/2006) para citações diretas.

diferentes tradições filosóficas e psicológicas e não corresponde necessariamente ao rótulo usado pelos autores dessa tradição.

Este artigo adota uma perspectiva behaviorista radical para discutir o conceito de conhecimento. No entanto, ao longo do texto, faço referência a autores e estudos que não pertencem a essa tradição teórica (por exemplo, análises sociológicas das mídias sociais). Quando menciono esses trabalhos, as interpretações que articulam conceitos da análise do comportamento ao material analisado são minhas e não devem ser atribuídas diretamente aos autores citados.

Conhecimento: O Truque Ilusionista da Reificação

Skinner dedica o capítulo sobre conhecimento à desconstrução de concepções equivocadas profundamente arraigadas no senso comum e na tradição filosófica e psicológica. O faz por meio de exemplos extraídos da vida cotidiana: afirma-se que uma criança *sabe falar* ou *sabe andar de triciclo*. Nesses casos, é bastante evidente que *saber* tem a ver diretamente com o que a criança consegue fazer. Porém, Skinner chama a atenção para um salto linguístico e conceitual que, frequentemente, ocorre na formulação do conceito de conhecimento: passa-se da descrição do comportamento por meio de verbos (i.e., aquilo que o indivíduo efetivamente faz) para a sua reificação em um substantivo, “conhecimento”, tratado como uma entidade armazenada, como algo interno àquele que conhece. O comportamento é relegado ao estatuto de mera evidência circunstancial desse algo interno. O suposto conhecimento armazenado, por sua vez, passa a ser objeto de especulações sobre seu *status* ontológico. Em que consiste esse conhecimento armazenado? Como o cérebro, que é material, seria capaz de conter conhecimento? Sobrevém então as diversas soluções – identidade mente-cérebro, funcionalismos, emergentismos... Supõe-se, então, que, talvez, quando soubermos mais sobre o cérebro, conseguiremos desvendar o mistério. Porém, o mistério nasceu lá atrás, com a inferência de que, se alguém sabe andar de bicicleta, isso é porque possui um conhecimento interno que gera o andar, e o andar de bicicleta, por sua vez,

passa a ser tratado apenas como “prova” desse conhecimento, cujo *status*, agora, passa a ser uma dificuldade filosófica. Fizemos um círculo completo e, ao voltarmos, descobrimos que o comportamento, antes vivo e presente, foi rebaixado a sintoma (superficial, acidental) de algo visto como mais profundo e essencial: o conhecimento.

Trata-se de um exemplo perfeito do imbróglio descrito por Wittgenstein (1953/2022):

O primeiro passo é aquele que passa completamente despercebido. Nós falamos de processos e estados, e deixamos sua natureza em aberto! Talvez, algum dia, saibamos mais a seu respeito – eis o que pensamos. Mas justamente ao fazer isso é que nos comprometemos com um determinado modo de ver as coisas. Pois temos determinado conceito a respeito do que significa: conhecer melhor um processo (o passo decisivo na prestidigitação foi dado, e precisamente ele nos parecia inocente) (§308, p. 202).

Skinner desvela o truque de prestidigitador: o movimento circular que parte do saber fazer para a postulação de um conhecimento gerador que, por sua vez, relega o *saber fazer* ao papel secundário e desprestigiado de “mero comportamento”. Desde o primeiro parágrafo, portanto, a concepção skinneriana de conhecimento constitui um desafio substancial à definição tradicional do conhecimento como representação interna, ideia que tem sido hegemônica na Psicologia e que dominava (e ainda domina, cinquenta anos mais tarde) a maior parte dos manuais introdutórios de Psicologia.²

Teorias representacionistas concebem o conhecimento como representações ou informações que mediam a interação do sujeito com o mundo (e.g., Bruner, Goodnow & Austin, 1956)³; Fodor,

1975; Newell & Simon, 1972). Skinner, por outro lado, embora não explicitasse isso, estava mais próximo de perspectivas ecológicas e sistêmicas da Psicologia que despontavam em seu tempo (e.g., Gibson, 1966), que hoje estão se tornando cada vez mais presentes na forma de teorias corporificadas e enativistas da cognição (principalmente as enativistas radicais) que, no século XXI, vêm desafiando a hegemonia representacionista (para um panorama dessas tendências, ver Shapiro, 2019).

Conhecimento Novo Como Mudança Sistêmica

O que acontece quando passamos a “ter” novo conhecimento? Para Skinner, trata-se de uma mudança sistêmica da relação do organismo com o ambiente, e não da posse de novas informações. Como ilustração, ele se vale de um paralelo com o funcionamento do sistema imunológico. Dizemos que um organismo “possui” um sistema de respostas imunológicas, mas essa “posse” deve ser traduzida como a capacidade de reagir a patógenos de maneira sistemática e adaptativa. Assim, essas respostas não preexistem de forma latente, esperando para serem ativadas; elas não estão codificadas de antemão em um reservatório interno. Em vez disso, a exposição inicial a um agente invasor desencadeia um processo de modificação estrutural e funcional do sistema imunológico, que, ao se reorganizar, passa a responder de maneira mais eficaz a desafios futuros. Analogamente, quando se afirma que um organismo adquiriu conhecimento ou passou a “possuir” novos conhecimentos, o que se está descrevendo não é a aquisição de uma representação interna, mas uma transformação que modifica as capacidades de interação com o ambiente.

A metáfora de repertório ajuda a tornar mais evidente essa concepção de conhecimento: aquilo que um organismo é capaz de fazer em circunstâncias apropriadas. Em vez de bagagem ou de informação, Skinner propõe falar do repertório de um organismo e oferece uma analogia com o repertório musical de uma banda. É obviamente equivocado perguntar onde se encontra ou onde fica guardado o repertório da banda quando não está sendo executado. Porém, é exatamente esse o erro que come-

2 Para Kuhn (1962/2012) o aparecimento em manuais didáticos, especialmente na forma de pressupostos não questionados, é um dos principais indicadores do estatuto paradigmático de uma teoria.

3 Mais tarde, Bruner seria uma voz destacada na crítica à visão estritamente representacional da mente, ressaltando o aspecto enativo do conhecimento.

temos ao falar do indivíduo, quando perguntamos onde está seu conhecimento quando não está sendo manifestado.

Conhecimento e Padrões Operantes

Entendemos melhor o que está em jogo quando nos perguntamos por que sentimos a tentação de conceber o conhecimento como algo mais, que não pode ser reduzido ao comportamento. Por exemplo, Fred diz uma frase em guarani. Protestamos: proferir a frase não pode ser o mesmo que seu conhecimento de guarani! A palavra “repertório”, então, no fundo, não passaria da mesma velha idéia sob nova roupagem, a ideia de que temos algo guardado dentro de nós, que apenas manifestamos com comportamentos, mas que é algo mais do que qualquer comportamento pontual?

De fato, estamos certos em nossa percepção de que há algo mais. Mas esse *algo mais* não é *uma entidade* a mais. Nesse sentido, pode ser útil abordar o conceito de conhecimento a partir da noção de *descrição densa* (*thick description*) (Ryle, 1971)⁴. A idéia é que falar em conhecimento aponta para contingências complexas ao longo do tempo, e não ações discretas e pontuais. Para explicar o que é uma descrição densa, Ryle (1971) compara duas pessoas que realizam exatamente o mesmo movimento com o olho, fechando-o e abrindo-o rapidamente, mas uma pessoa apenas piscou (*blink*), enquanto a outra deu uma piscadela (*wink*). O ato da segunda pessoa (*wink*), se fosse ser explicado para um forasteiro radical (alguém que desconhecisse completamente a rede de práticas e conceitos ligadas às piscadelas), exigiria uma descrição muito mais densa que o ato da primeira pessoa, embora sejam topograficamente idênticos. Em termos funcionais, o *wink*, mas não o *blink*, pressupõe um ouvinte capaz de mediar o reforço; para isso, ambos precisam estar sob controle temático semelhante e,

ao mesmo tempo, os demais presentes (ou implicados enquanto audiência) precisam *não* estar sob esse mesmo controle de estímulos (e o piscador precisa saber disso, de preferência o ouvinte cúmplice também). É possível imaginar outras possibilidades que tornam a descrição crescentemente densa, como *dar uma piscadela irônica, fingir dar uma piscadela irônica*, etc.

Note-se que, mesmo dentro da análise do comportamento, a fórmula comum de afirmar apenas que *blink* e *wink* “têm funções diferentes” pode não captar adequadamente o que está em jogo. Isso ocorre porque, na prática verbal informal da área, o termo “função” é frequentemente usado de maneira superficial ou intencionalista, como ao dizer que “o *wink* tem a função de estabelecer cumplicidade”. No entanto, essa explicação só faz sentido para quem já compreende as práticas culturais e os sistemas de reforçamento que estruturam a própria noção de cumplicidade. Se simplesmente descrevêssemos a diferença entre *blink* e *wink* como uma propriedade localizada e pontual de uma relação contingencial de três termos, sem reconstruir as práticas compartilhadas que dão suporte a essa distinção, estaríamos deixando intacta a lacuna de compreensão do forasteiro radical.

Toda essa discussão nos prepara para afirmar que *conhecimento* é um conceito que exige descrições densas. Quando dizemos que alguém sabe algo ou sabe como fazer algo, o que estamos realmente fazendo é sinalizar sua capacidade de agir de certas maneiras em circunstâncias específicas e de fazê-lo de forma confiavelmente eficaz. Desta maneira, ao falar de conhecimento, não estamos descrevendo propriedades locais de algum evento pontual e sim padrões consistentes ao longo do tempo. Em nosso exemplo, a comunidade verbal não irá reforçar, entre seus membros, a resposta verbal “Fred é conhecedor de guarani” se ele só souber uma frase fixa.

Nesse sentido, inspirando-me nos caminhos apontados por Ryle (1949/2009) em suas análises de conceitos psicológicos e de Wittgenstein (1966) em sua análise do papel de critérios compartilhados no julgamento estético (que aqui amplio para o contexto do conhecimento), proponho que conhecimento, como conceito que só pode ser compreendido por meio de uma descrição densa, possui as seguintes características: (1) consistência de ações bem-sucedidas no tempo (êxito confiável), (2) cor-

4 Ryle criou o conceito de descrição densa em seu ensaio *What is Le Penseur Doing?*, de 1971. O conceito é muitas vezes atribuído ao antropólogo Clifford Geertz, mas este credita Ryle explicitamente na primeira vez que cunha o conceito, no capítulo 1 de *The Interpretation of Culture* (1973).

relação sistemática com mudanças nas dimensões ambientais relevantes e (3) critérios compartilhados de eficácia.

Consistência no êxito

Dizer que alguém sabe ou conhece algo implica em padrões confiáveis de êxito ao longo do tempo, ou seja, trata-se de classes de comportamento selecionadas por suas consequências, i.e., ações que produzem reforço de maneira consistente. É preciso haver um padrão regular de ações bem-sucedidas. Ryle (1949), em sua análise de habilidades, enfatiza que só o sucesso não é suficiente – ele precisa ser previsível e confiável. Ter sorte de iniciante no boliche é ter êxito naquele ato (produzir reforço), porém, não é *saber jogar* boliche.

Correlação sistemática com mudanças nas dimensões ambientais relevantes

A descrição densa encapsulada no conceito de conhecimento também inclui a dimensão de sensibilidade às contingências cambiantes. Se P sabe X, então P ajusta seu comportamento de acordo com circunstâncias cambiantes (i.e., dimensões discriminativas da situação) e não simplesmente repete mecanicamente uma rotina, de forma insensível a contingências mutantes. Vemos aqui (a) a sobreposição do conceito de conhecimento com classes operantes – respostas reflexas não são consideradas conhecimento – e (b) a forte afinidade do conceito de conhecimento com a noção de sintonia e adaptação fluida com mudanças nas contingências, o que, novamente, só é possível decidir olhando-se para padrões estendidos no tempo e no espaço.

Critérios compartilhados de eficácia

O conceito de conhecimento, não sendo um termo técnico, tem demarcações difusas e indefinidas, então é possível que se aplique o conceito a animais não humanos, mas os exemplos mais paradigmáticos, geralmente, se aplicam a contextos de atividades compartilhadas por humanos, muitas vezes em comunidades culturais que aplicam critérios de eficácia que possuem uma longa história de seleção. Isso não significa que animais não saibam nada ou que se esteja defendendo uma visão excepcionalista do humano, mas apenas que os termos *conhecimento* e *conhecer* (mais do que o termo *saber*), em

muitas de suas acepções centrais, tendem a se conectar com práticas de reforço compartilhadas por comunidades especializadas e têm afinidade conceitual com processos próprios do nível de seleção cultural.

Nesse sentido, os critérios usados pela comunidade verbal para reforçar a descrição de alguém como conhecedor/a variam conforme a atividade, e esses critérios não são arbitrários, mas sim produtos de seleção pelas suas consequências. As práticas são ensinadas a novos membros e reforçadas diferencialmente conforme esses critérios compartilhados. Saber construir pontes é julgado a partir de critérios forjados em um processo de seleção no nível cultural que, no entanto, estão longe de serem meramente performáticos. Não se deve confundir critérios compartilhados com critérios que não passam de convenção.

Ter maior ou menor conhecimento de música não tem a ver apenas com apreciar música ou executar um instrumento; é também saber discriminar execuções de diferentes qualidades. Alguém que não entende de xadrez não só não consegue jogar, mas também não consegue acompanhar uma partida (quem não joga, não julga)⁵. O conceito de conhecimento, desta maneira, é frequentemente inseparável de práticas culturais de reforçamento e dos critérios compartilhados usados para exercer esse reforçamento diferencial.

Tipos de Conhecimento

Conhecimento por Familiaridade

Skinner argumenta que conhecer raramente implica apenas em contato ou familiaridade. Casos como conhecer Brasília ou conhecer um amigo podem, à primeira vista, sugerirem apenas um contato (*acquaintance*) sem envolver ação. Em alguns casos, isso é verdade, como no uso de “conhecido” em português (e.g., Fulano é meu conhecido), que indica justamente uma relação superficial ou a ausência de interação significativa. No entanto, salvo casos como esse, que é curioso exatamente por contrariar

5 A depender da atividade, é claro, pode haver mais de uma maneira de jogar. Pode-se conhecer profundamente o jazz como apreciador.

os usos mais centrais da palavra, o ato de conhecer, geralmente, envolve mais do que um simples contato. Para realmente “conhecer Brasília”, é necessária agir, percorrendo suas quadras, interagindo com as pessoas, reconhecendo seus marcos e experimentando suas contradições. Até em expressões mais limítrofes e metafóricas, como *conhecer a tristeza*, como se diz às vezes, a expressão não indica apenas ter sentido a tristeza, mas ter se transformado de alguma maneira por meio dessa experiência.

Saber Como e Saber Sobre

Há uma inclinação na filosofia ocidental, bastante influente no pensamento psicológico, a reduzir o *saber como* a um *saber sobre* (Ryle, 1949/2009). Essa inclinação é tão forte que, quando não encontramos um *saber sobre* que acompanha o *saber como*, atribuímos ao primeiro um provável caráter inconsciente. É assim que saber fazer um gol é atribuído a cálculos de distância e velocidade implícitos; discriminar uma casa na paisagem como mais distante da outra, a cálculos compensatórios inconscientes; e saber que outra pessoa está triste, a uma *Teoria da Mente*. É nesse contexto que devemos interpretar o seguinte trecho de Skinner:

Foi dito que os cães de Pavlov sabiam “quando salivar”, mas não salivavam porque sabiam que à campainha seguir-se-ia comida. Pode dizer-se que um rato sabe quando apertar uma alavanca para obter comida, mas ele não a aperta porque sabe que a comida lhe será dada. Podemos dizer que um motorista de táxi conhece bem a cidade, mas ele não a percorre porque possui um mapa cognitivo. (Skinner, 1974/2006, p. 120)

Este trecho às vezes deixa estudantes perplexos, pois perguntam por que é proibido dizer que o rato *sabe* quando pressionar a barra. Mas a ênfase em todos os exemplos não é no uso da palavra *saber*, e sim no conectivo *porque*, em que o saber é atribuído a uma causa que por sua vez é um conhecimento interno. Não há um *saber sobre* que causa o desem-

penho do rato (*saber como*). Como vimos, o rato *saber quando pressionar a barra* é, simplesmente, ele pressionar a barra de forma a produzir o reforço de forma consistente e sensível às contingências. Quanto mais complexo o repertório, especialmente se envolver, como vimos, práticas culturais especializadas, maior é nossa tendência a esquecer que se trata de um repertório esculpido por seleção, e mais forte é nossa inclinação a duplicar as contingências e situá-las dentro do organismo, como no caso do suposto mapa cognitivo do taxista.

É a essa inclinação que Ryle (1949/2009) dá o nome de *lenda intelectualista*. Trata-se da ilusão de que o que garante saber fazer algo (*knowing how*) é um *saber sobre* (*knowing that*) subjacente, latente. Por exemplo, a navegação suave do taxista pela cidade (saber fazer) seria garantida pelo seguimento implícito de mapas cognitivos (saber sobre). Porém, saber seguir mapas também é um *saber fazer* (quem nunca conheceu um péssimo seguidor de mapas?). Portanto, o saber seguir mapas também teria que ser garantido por algum conhecimento subjacente. Esse é o regresso ao infinito apontado por Ryle (1949/2009) ao levar a lenda intelectualista às suas últimas consequências.

Dessa maneira, a concepção tradicional de conhecimento (como representação, estado mental ou informação) obscurece diferenças entre repertórios cujas fontes de controle são distintas. A aquisição de um repertório intraverbal complexo acerca da cidade de Brasília, adquirido pela leitura de guias de viagem e o estudo atento de mapas, não possui as mesmas fontes de controle que a aquisição de repertórios em contato com as contingências locais. Qualquer generalização ou transferência de função de estímulos entre repertórios operantes é uma questão empírica. Mas a linguagem da representação tende a anular essas diferenças cruciais, nomeando-as todas como “conhecimento sobre Brasília”.

Conhecimento Científico e Desinformação

A propagação de desinformação em redes sociais e, sobretudo, a constatação de que muitas pessoas acreditam nela, conduzem ao questionamento (se partirmos da concepção tradicional do conhe-

cimento como representação) de como é possível alguém manter representações contraditórias entre si. Na Psicologia Cognitiva, o fenômeno leva à predição de que haverá um desconforto cognitivo e uma tentativa de reequilíbrio dessas mesmas representações, mudando uma delas de modo a manter a coerência interna (segundo o paradigma ainda muito influente de Festinger, 1957). No entanto, é difícil explicar por que uma representação é modificada em detrimento da outra e também por que haveria uma preferência geral por coerência. Esta última preferência acaba sendo atribuída a uma característica primordial da natureza humana, uma motivação básica não redutível a outras (e.g., Gawronski, 2012). São exemplos de dificuldades típicas enfrentadas por abordagens que restringem a análise ao instante comportamental e suas propriedades locais, com pouca atenção para suas variáveis de controle e sua história de seleção.

A questão se complica mais ainda ao constatar que hoje, em muitos contextos, sequer essa tendência a manter a coerência é predominante. Respostas verbais reforçadas em comunidades verbais negacionistas e afins têm frequentemente estado em franco desacordo com as regras lógico-científicas de construção de respostas verbais (para uma explicação do conceito de respostas verbais construídas, ver Skinner, 1957, especialmente o Capítulo 18). Regras lógicas expressam práticas de reforço diferencial do comportamento dos falantes que se mostraram úteis para os ouvintes em diversos contextos, como na formulação de regras para o comportamento verbal dos cientistas. A regra “não afirme simultaneamente duas coisas que se anulam” é uma regra desse tipo.

Atualmente, no entanto, há contextos em que se encontram em abundância produções verbais em desacordo com a lei da não-contradição, uma regra para nosso comportamento verbal que foi selecionada culturalmente em contextos de construção de repertórios cotidianos, teóricos e científicos. A violação da regra é patente em diversas formas de *fake news* e teorias conspiratórias. Por exemplo, Wood et al. (2012) mostraram que quanto mais os participantes acreditavam que o assassinato da princesa Diana fora fruto de uma conspiração, mais também acreditavam que Diana havia forjado sua morte e seguia viva. De modo semelhante, durante a pan-

demia de COVID-19, narrativas conspiratórias incompatíveis entre si eram veiculadas simultaneamente pelas mesmas pessoas. Imhoff e Lamberty (2020) encontraram alta correlação (ao ponto de carregarem no mesmo fator em uma análise fatorial exploratória) entre alegar que o vírus era uma farsa e alegar que o SARS-CoV-2 fora criado deliberadamente em laboratório como arma biológica.

A concepção representacionista do conhecimento pode envolver em um véu de mistério a abundância de afirmações ilógicas, contraditórias ou sem nenhum lastro com fatos conhecidos, assim como sua persistência face a argumentos pacientes e didáticos. O fenômeno se torna especialmente desconcertante em combinação com a suposição de que a coerência seria uma motivação básica dos seres humanos. Mesmo assim, a suposição inquestionada de representações subjacentes é tão forte que, mesmo face à alta correlação intraindividual entre declarações completamente contraditórias, Imhoff e Lamberty (2020), no estudo já descrito, concluíram que, no final das contas, as declarações seriam sim coerentes, pois seriam parte de uma representação mental mais abrangente de “desconfiança na autoridade”.

A análise funcional do conhecimento, por outro lado, nos retira da cabeça dos conspiracionistas e lança nosso olhar para os padrões de seleção desses comportamentos. Acontece que as contingências que selecionam teorias conspiratórias e anti-epistêmicas não são as mesmas que historicamente selecionaram as práticas verbais de argumentação lógico-científicas e as regras de construção verbal tão bem descritas por Skinner (1953). Cesarino (2022), nesse sentido, fundamentando-se na análise sistêmica batesoniana, examina detalhadamente as contingências de reforçamento vigentes nas redes sociais e mostra que elas favorecem diferencialmente respostas verbais extremas, que em outros contextos tendiam a ser punidas pela comunidade verbal ou ficavam relegadas a grupos periféricos. Formam-se assim focos, cada um dos quais caracterizados por essa inversão centro-periferia e pelo reforçamento diferencial de respostas verbais cada vez mais aberrantes e extremas, tornando-se elas a nova norma.

Fisher (2023) explica que as contingências de reforço programadas para os usuários, que favorecem respostas individuais mais extremas, foram,

por sua vez, selecionadas no nível das corporações que monopolizam as plataformas. Esse processo ocorreu porque a implementação dessas contingências, ou seja, a criação de um ambiente que reforça o extremismo, também foi diferencialmente reforçada nesse nível meta-contingencial⁶ pelo lucro, levando à adoção de algoritmos cada vez mais voltados para maximizar visualizações a todo custo. A coerência lógica, em outras palavras, simplesmente não é uma das dimensões reforçadas diferencialmente nesses ecossistemas digitais, com todas as consequências que isso vem acarretando.

A conclusão anterior pode parecer quase insuportável, mas não se trata de niilismo. Deslocar nosso foco das representações individuais para as contingências nos ajuda a pontuar nos ajuda a pontuar onde devemos exercer contracontrole, e a seta parece apontar para intervenções culturais e políticas mais coletivas. Evidentemente, não se trata de desistir do diálogo direto com indivíduos. Porém, tentar exercê-lo em ambientes programados para selecionar respostas de acordo com critérios completamente irrelevantes para a argumentação coerente talvez não seja a estratégia mais promissora. Continuar a investigar os processos de seleção que atuam nos ecossistemas da desinformação pode ajudar a compreender não apenas como certas crenças se consolidam e se disseminam, mas também por que sua persistência independe da coerência lógica ou da evidência empírica, um fenômeno difícil de entender do ponto de vista representacionista do conhecimento.

Reconhecimento Epistêmico

David Kopenawa Yanomami afirmou certa vez que estranhava que pesquisadores que estudavam sua cultura não pareciam considerar algo como conhecimento se não estivesse marcado em suas “peles de papel” (Kopenawa & Albert, 2015). Saber viver sem destruir a própria terra que nos dá vida, nessa concepção, não seria classificada na categoria de conhecimento verdadeiro se não fosse registrada nos livros dos pesquisadores não indígenas. Sem ingenuidade – afinal, sua crítica seria disseminada em

um livro – Kopenawa chamou a atenção de seus leitores para o quanto, ao igualar conhecimento e informação, estamos ignorando repertórios comportamentais dos quais depende nossa sobrevivência.

Skinner (1974/2006) enfatizou que conhecimento não é informação que usamos para agir, é o próprio agir: “Nós não agimos pondo em uso o conhecimento; nosso conhecimento é ação, ou pelo menos regras para a ação” (p. 121, ênfase no original). Embora ele estivesse criticando sobretudo a duplicação das contingências nas teorias representacionistas, gostaria de propor uma implicação mais ampla: a concepção de conhecimento como informação, como algo a ser *usado*, se coaduna bastante bem com práticas de parcelamento, mercantilização e apropriação epistêmica pouco equitativa. Isso é cada vez mais evidente, por exemplo, nas discussões atuais sobre a incorporação não consentida dos produtos verbais de nosso comportamento pelas corporações que monopolizam os sistemas de inteligência artificial generativa.

Recentemente, a comunidade científica, cada vez mais, tem admitido que o conhecimento dos povos originários e das comunidades tradicionais são indispensáveis para a diversidade biológica e cultural e, conseqüentemente, para nossa sobrevivência (e.g., Abaz et al., 2022; Estrada et al., 2022; Fernández-Llmanazares, 2021). No entanto, a maneira como se admite o valor e a necessidade desse conhecimento frequentemente se reduz à busca fragmentada por *informação a ser usada*, e não ao aprendizado de repertórios comportamentais complexos inseparáveis, para sua adequada compreensão, das contingências em que foram selecionados.

É exatamente essa concepção representacionista do conhecimento como informação que McGregor (2021), no contexto canadense, encontra em sua revisão de como conhecimentos tradicionais vêm sendo concebidos e apropriados pela academia, pela indústria e nas políticas públicas. A abordagem mais comum tem sido uma em que

(. . .) fragmentos “palatáveis” ou reconhecíveis (frequentemente chamados de dados ou informações) são extraídos. Décadas atrás, o Dr. Henry Lickers, ex-diretor e agora assessor científico dos

6 Com o perdão do trocadilho...

Mohawks de Akwesasne, descreveu isso como a “abordagem dos frutos e nozes”. Tudo o que cientistas e pesquisadores queriam saber era onde os povos indígenas coletavam frutos e nozes, para então “documentar” esse “conhecimento” em mapas e relatórios. Na visão do Dr. Lickers, tem havido uma recusa explícita por parte de interessados externos em reconhecer o conhecimento indígena como algo além de meros “dados” ou “informações” a serem utilizados em seu benefício (p. 3, tradução minha, comentário em parênteses no original).

Conhecimento, no entanto, como vimos, é um fenômeno que pede uma descrição densa e, portanto, não aponta simplesmente para algum evento discreto nem para *bytes* de informação, e sim para repertórios selecionados por contingências complexas em processos temporais que podem ser bastante extensos. Seu reconhecimento é dado seguindo critérios compartilhados pela comunidade e incompreensíveis quando desconectados das práticas das quais fazem parte.

Talvez possa parecer que se esteja exagerando o caráter sistêmico e holístico do conhecimento de povos originários e comunidades tradicionais. Afinal, lidamos perfeitamente com produtos verbais do comportamento científico que parecem bastante “fragmentados” e “descontextualizados” e isso parece não ser problema para o avanço do conhecimento. Mas o argumento aqui, em coerência com a análise behaviorista radical do conhecimento desenvolvida anteriormente, não é apenas que o conhecimento indígena é sistêmico, pede descrições densas e é inseparável das contingências em que ocorre, mas sim que *qualquer conhecimento funciona dessa forma*. A diferença é que, estando imersos nas nossas próprias contingências, não percebemos que nossos próprios padrões de comportamento científico também são partes de práticas culturais selecionadas pelas suas consequências.

O ponto central aqui, portanto, é que a suposta adequação da concepção do conhecimento científico como informação é, na verdade, uma ilusão gerada pelo nosso próprio contexto. Nós lidamos

com trechos isolados de conhecimento porque já aprendemos a reconhecer e integrar esses fragmentos dentro de sistemas maiores de avaliação, replicação e validação. Como estamos imersos nessas práticas, não notamos seu caráter contingente e passamos a ver fragmentos de “informação” como se fossem o próprio conhecimento.

A descrição trazida por McGregor (2021), sobre como representantes dos povos originários canadenses concebem um reconhecimento epistêmico justo por parte de não-indígenas, é coerente com a descrição densa de conhecimento que vimos defendendo ao longo deste artigo: “Não se pode realmente ‘adquirir’ ou ‘aprender’ o conhecimento indígena sem ter passado por experiências semelhantes às daqueles que originalmente o adquiriram/geraram, mantiveram e transmitiram” (p. 3).

A citação anterior é verdadeira não só para a compreensão de sistemas de conhecimento de povos originários, mas também para nossos sistemas científicos de conhecimento, como fica por demais evidente quando pessoas não treinadas cientificamente afirmam estar fazendo “suas próprias pesquisas” nas redes sociais e extraem pequenos *nuggets* de “informação” que usam ao seu bel-prazer.

Vemos, portanto, que a concepção behaviorista radical do conhecimento, longe de ser uma mera tradução de um termo tradicional para “behaviorês”, é, na verdade, radicalmente diferente da concepção hegemônica de conhecimento como informação. Sua adoção, embora não garanta automaticamente práticas epistêmicas mais justas, parece ser, pelo menos, um passo importante nessa direção, ao direcionar o foco para um reconhecimento epistêmico contextualizado e não extrativista de sistemas culturalmente situados e para um olhar mais sensível às próprias contingências em que nossa prática científica está inserida.

Considerações Finais

Cinquenta anos após a publicação de *About Behaviorism*, a concepção behaviorista radical do conhecimento como repertório comportamental selecionado por contingências complexas continua oferecendo uma alternativa robusta à perspectiva informacional dominante. Desde sua formulação,

essa abordagem se contrapõe à lenda intelectualista, ao evitar a reificação do conhecer e a duplicação das contingências ambientais na forma de informações, representações e outras entidades internas hipotéticas. Neste trabalho, o conhecimento foi conceituado como padrões comportamentais historicamente selecionados que necessitam de descrições densas para ser adequadamente caracterizados, tendo como dimensões importantes a consistência das ações bem-sucedidas ao longo do tempo, a sensibilidade às mudanças ambientais e, em muitos casos centrais, a vigência de critérios compartilhados de eficácia inseparáveis de práticas de comunidades especializadas. Argumentei que, aplicada a fenômenos contemporâneos, como a propagação da desinformação e a apropriação injusta de sistemas de conhecimento de povos originários e comunidades tradicionais, essa abordagem pode ajudar a compreender funcionalmente esses fenômenos e também a vislumbrar possibilidades para seu contracontrole.

Este artigo, obviamente, não abarca adequadamente as complexidades das contingências envolvidas nos problemas da desinformação e do reconhecimento epistêmico. No entanto, espera-se que os dois cenários, assim como a análise que fundamentou sua interpretação, tenham servido como exemplos da atualidade da concepção behaviorista radical do conhecimento e de seu potencial para pesquisas e intervenções epistêmicas mais eficazes e mais justas.

Referências

- Abas, A., Aziz, A., & Awang, A. (2022). A systematic review on the local wisdom of indigenous people in nature conservation. *Sustainability*, 14(6), 3415. <https://doi.org/10.3390/su14063415>
- Bruner, J. S., Goodnow, J. J., & Austin, G. A. (1956). *A study of thinking*. Wiley.
- Cesarino, L. (2022). *O mundo do avesso: Verdade e política na era digital*. Ubu.
- Estrada, A., Garber, P. A., Gouveia, S., Fernández-Llamazares, Á., Ascensão, F., Fuentes, A., Garnett, S. T., Shaffer, C., Bicca-Marques, J., Fa, J. E., Hockings, K., Shantee, S., Johnson, S., Shepard, G. H., Shantee, N., Golden, C. D., Cárdenas-Navarrete, A., Levey, D. R., Boonratana, R., ... Volampeno, S. (2022). Global importance of Indigenous Peoples, their lands, and knowledge systems for saving the world's primates from extinction. *Science Advances*, 8(31), eabn2927. <https://doi.org/10.1126/sciadv.abn2927>
- Fernández-Llamazares, Á., Lepofsky, D., Lertzman, K., Armstrong, C. G., Brondizio, E. S., Gavin, M. C., Lyver, P. O'B., Nicholas, G. P., Pascua, P., Reo, N. J., Reyes-García, V., Turner, N. J., Yletyinen, J., Anderson, E. N., Balée, W., Cariño, J., David-Chavez, D. M., Dunn, C. P., Garnett, S. T., Greening, S., Jackson, S., Kuhnlein, H., Molnár, Z., Odonne, G., Retter, G.-B., Ripple, W. J., Sáfián, L., Sharifian, A. B., Torrents-Ticó, M., & Vaughan, M. B. (2021). Scientists' warning to humanity on threats to indigenous and local knowledge systems. *Journal of Ethnobiology*, 41(2), 144-169. <https://doi.org/10.2993/0278-0771-41.2.144>
- Festinger, L. (1957). *A theory of cognitive dissonance*. Stanford University Press.
- Fisher, M. (2023). *A máquina do caos: Como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo* (É. Assis, Trad.). Todavia. (Obra original publicada em 2022).
- Fodor, J. A. (1975). *The language of thought*. Crowell.
- Geertz, C. (1973). *The interpretation of cultures: Selected essays*. Basic Books.
- Gibson, J. J. (1966). *The senses considered as perceptual systems*. Houghton Mifflin.
- Gawronski, B. (2012). Back to the future of dissonance theory: Cognitive consistency as a core motive. *Social Cognition*, 30(6), 652-668. <https://doi.org/10.1521/soco.2012.30.6.652>
- Imhoff, R., & Lamberty, P. (2020). A bioweapon or a hoax? The link between distinct conspiracy beliefs about the COVID-19 pandemic. *Social Psychological and Personality Science*, 11(8), 1110-1118. <https://doi.org/10.1177/1948550620934692>
- Kopenawa, D., & Albert, B. (2015). *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami*. Companhia das Letras.
- Kuhn, T. S. (2012). *A estrutura das revoluções científicas* (B. V. Boeira & N. Boeira, Trads.). Editora

- Perspectiva. (Obra original publicada em 1962).
- McGregor, D. (2021). Indigenous knowledge systems in environmental governance in Canada. *KULA: Knowledge creation, dissemination, and preservation studies*, 5(1). <https://doi.org/10.18357/kula.148>
- Newell, A., & Simon, H. A. (1972). *Human problem solving*. Prentice-Hall.
- Ryle, G. (1971). *The thinking of thoughts: What is “Le Penseur” doing?* In G. Ryle, *Collected papers: Volume 2. Collected essays 1929–1968* (pp. 480–496). Hutchinson.
- Ryle, G. (2009). *The concept of mind: 60th Anniversary Edition*. Routledge. (Obra original publicada em 1949).
- Shapiro, L. A. (2019). *Embodied cognition* (2nd ed.). Routledge.
- Skinner, B. F. (1957). *Verbal behavior*. Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (2006). *Sobre o behaviorismo* (M. P. Villalobos, Trad.). Cultrix. (Obra original publicada em 1974).
- Wittgenstein, L. (1966). *Lectures and conversations on aesthetics, psychology and religious belief* (C. Barrett, Ed.). University of California Press.
- Wittgenstein, L. (2022). *Investigações filosóficas* (G. Rodrigues & T. Tranjan, Trads.). Fósforo. (Obra original publicada em 1953).
- Wood, M. J., Douglas, K. M., & Sutton, R. M. (2012). Dead and alive: Beliefs in contradictory conspiracy theories. *Social Psychological and Personality Science*, 3(6), 767–773. <https://doi.org/10.1177/1948550611434786>

Histórico do Artigo

Submetido em: 15/04/2025

Aceito em: 01/08/2025

Editora Associada: Carolina Laurenti